

Departamento das Comissões

Projetos de:

Lei Complementar Nº 98/95

Emenda da Lei Orgânica Nº

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Data: 27 NOV 1995

Horário

MENSAGEM Nº 060/95.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO.

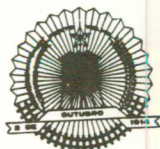
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Do Dh
Pl as providências
Em 23/11/95
Antônio Orlando G. de Amaral
Presidente

A carência de mecanismos que possibilitem o controle eficaz dos parcelamentos de tributos municipais, aliada à ausência de um Cadastro Municipal capaz de esmiuçar, com exatidão, o perfil do contribuinte municipal, especialmente no que concerne à sua localização, vêm impedindo que o Município possa cobrar, com mais rigor, os tributos de sua competência, originando, assim, uma enorme evasão de receitas, razão por que encaminho à elevada apreciação dessa notável Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei Complementar nº 016/95, que altera dispositivos da Lei nº 1.008, de 31 de dezembro de 1991, invocando o que preceitua o art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, consciente de que, mais vez, Vossas Excelências saberão comungar dos interesses da municipalidade.

Porto Velho, 22 de novembro de 1995.

[Assinatura]
JOSÉ ALVES VIEIRA GUEDES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995.

PROTOCOLO

Departamento das Comissões

Projetos de:

Lei Complementar Nº 98/95

Emenda da Lei Orgânica Nº _____

PROCESSO Nº _____

Data: 27 NOV 1995

Horário _____

Altera dispositivo da Lei nº 1.008, de 31 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, art. 87, combinado com o disposto no inciso IV, art. 67 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

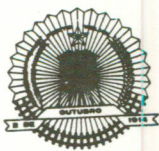
LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Os dispositivos da Lei nº 1.008/91 abaixo enumerados, passam a vigorar com as seguintes redações:

"SEÇÃO II

DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL"

"Art. 84 - Fica instituído o Cadastro Municipal de Contribuinte e Atividade, obrigatório para todos os contribuintes, cujas atividades estejam inseridas na Tabela constante da Lei Complementar nº 056, de 15 de dezembro de 1987".



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016/95.

§ 1º - O número do Cadastro Municipal de Contribuinte e Atividade, será fornecido no ato da inscrição, sendo obrigatório a sua utilização em documentos fiscais, de arrecadação, emissão, recolhimento e informação do imposto.

§ 2º - O contribuinte devidamente inscrito, é obrigado a requerer, no prazo de 30 (trinta) dias da vigência desta Lei, o número do CMC junto ao órgão competente".

"Art. 85 - A pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita ao imposto, ainda que isenta ou a ele imune, deverá inscrever-se na repartição fiscal competente, antes de iniciar qualquer atividade".

"Art. 86 - Ficará, também, obrigado a inscrição na repartição fiscal competente aquele que, embora não estabelecido no Município, exerça no território deste, atividade sujeita ao imposto".

Parágrafo único - A inscrição far-se-á através de solicitação do contribuinte ou de seu representante legal, com o preenchimento do formulário próprio ou, ainda, de ofício, obedecidas as normas do Regulamento":

"TÍTULO XIX

DO PARCELAMENTO"

"Art. 294 - É permitido o parcelamento do crédito tributário, conforme critérios estabelecidos na Legislação





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



CONT. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016/95.

expedida pelo Poder Executivo.

§ 1º - O parcelamento máximo permitido será de 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, nunca inferior a 05 (cinco) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Município, para cada uma delas.

§ 2º - O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante do caráter decisório.

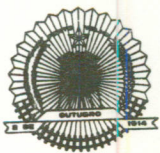
§ 3º - O acordo de parcelamento vigorará após o pagamento antecipado da primeira parcela.

§ 4º - O atraso do pagamento da segunda parcela ou o pedido de baixa, suspensão ou, ainda, o cancelamento da inscrição, implica na perda do parcelamento e o vencimento imediato das restantes, devendo a Divisão competente providenciar a intimação do sujeito passivo para efetuar o pagamento total do débito fiscal, descontadas as parcelas já recolhidas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual, não sendo atendida a intimação, será inscrito em Dívida Ativa e providenciada sua cobrança executiva.

§ 5º - É vedada a concessão de parcelamento de débito do tributo retido na fonte.

§ 6º - Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado, desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 7º - Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo anterior, fica excluído o benefício de ordem".



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



CONT. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 016/95.

"Art. 295 - O período de abrangência para a concessão do benefício do parcelamento dos créditos tributários, será estabelecido em Resolução expedida pelo Secretário Municipal de Fazenda".

Art. 2º - Ficam renumerados os demais artigos da Lei nº 1.008/91, após a expressão Título XIX, das Disposições Finais.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.